

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Acordo Interno também
preocupa Sorocaba

*

Demitidos elaboram
documento
sobre a PUC

Reitoria começa a informar novas propostas para o acordo interno

Nesta semana têm início, efetivamente, as reuniões nas quais a Reitoria pretende rever os acordos internos dos professores e funcionários da universidade. Na segunda-feira, 24/4, foi realizada uma reunião preparatória entre a Reitoria e a AFA-PUC, para definir um cronograma e as diretrizes que nortearão as discussões.

Para o vice-reitor administrativo, Flávio Saraiva, a convenção do Sindicato das Mantenedoras (Semesp), é bastante abrangente, mas a da PUC pode ir um pouco além. Segundo o professor, a questão é encontrar um texto que situe-se num espaço intermediário entre os dois acordos, sempre respeitando as possibilidades financeiras da instituição.

Citando algumas cláusulas específicas, o vice-reitor afirmou que o índice de reprovação das bolsas-dissídio é muito alto, e que seriam necessários critérios acadêmicos para a concessão dessas bolsas. Quanto aos quinquênios, Flávio garantiu que não haverá nenhum confisco, mas que a universidade não tem condições de pagar os quinquênios da maneira como estão estipulados atualmente. O auxílio-doença é outro ponto problemático: a Reitoria considera que o período de 14 meses de cobertura hoje praticado na instituição é longo demais, e financeiramente inviável.

A direção da AFAPUC mostrou-se disposta a negociar, reconhecendo a crítica situação da universidade, mas estranhou a denúncia unilateral da Reitoria, interpretada como uma atitude intempestiva e que só dificulta o diálogo.

Cronograma

As duas partes concordaram em firmar um cronograma de trabalho. A primeira reunião acontece nesta quarta-feira, 3/5, e mais uma está

marcada para a terça-feira, 9/5. A Reitoria fará uma separação das cláusulas que são comuns aos acordos da PUC e do Semesp, excluindo da discussão também aquelas que fazem parte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Num primeiro momento, deverão ser atacadas as cláusulas que envolvem bolsas, refeição e cesta básica.

Os professores têm assembléia marcada para esta quarta-feira, 3/5. O encontro dos funcionários deve ocorrer depois da segunda rodada de negociações com a Reitoria.

PROFESSOR

Estabilidade anual, bolsas de estudo,
auxílio-creche, quinquênios...

Nossas conquistas sociais estão em risco

Assembléia dos professores

3/5 – quarta-feira – 18h – sala 333

⇒ Acordo Interno de Trabalho

⇒ Eleições APROPUC

Convite aos professores

A dispersão e o desalento são perfeitamente compreensíveis. Todos temos vivido meses de tensão e decepção. Enfrentamos durante anos a escassez de recursos e os salários atrasados. A incompetência e a desarticulação fomentaram a desagregação contínua e a fragmentação ética e política. A intervenção e as demissões banalizaram a visão excludente e impuseram o macartismo. Os *momios* (Chile, 1973) estão ativíssimos na ação sorradeira e deletéria, alimentados na mediocridade.

Está claro que num ambiente assim a regra básica da sobrevivência tende a ser a invisibilidade. Todos na moita. Ainda mais que os passos dados demonstram claramente os planos da Santa Madre: resgatar o controle absoluto do que foi entregue à comunidade há trinta anos, recolocar tudo sob a ordem atual do Vaticano, operar não apenas a gestão lucrativa (mercantil), mas fundamentalmente a sintonia política e filosófica.

Os ex-padres que se cuidem! Os defensores da Teologia da Libertação que tratem de buscar abrigo! Os democratas, os socialistas, os judeus, os negros, as mulheres, os pobres, que fiquem atentos! Lembrem todos do alerta de Brecht! Antes que seja tarde demais. Estão iludidos os que se imaginam protegidos pela atual Reitoria ou pelo plano de carreira ou pelas castas mais poderosas. A "obra" usará a todos para chegar aos seus objetivos; depois serão descartados, aos poucos, semestralmente, até que tudo esteja dominado.

Não dá para ser medíocre de pensar apenas no próprio umbigo e na própria corporação. O pensamento brasileiro gerado na PUC-SP está ameaçado. Junto com ele as articulações com a sociedade, com os movimentos sociais, com os lutadores do povo e com os compromissos de transformação. O Brasil está seriamente ameaçado de perder um centro dinâmico de reflexão, de atuação e de produção do conhecimento científico. A PUC-SP está para perder o sentido universitário e o espaço democrático oferecido aos pobres, ao povo e aos revolucionários.

É nessa conjuntura que devemos atuar. É preciso vencer o medo, o isolamento, o individualismo e a visão estreita e sectária. É preciso pensar grande, na unidade dos professores e na defesa das virtudes que marcaram a PUC-SP nos últimos trinta anos: a autonomia universitária, a democracia interna, o espaço público aberto para todas as correntes de pensamento (sem exclusão) e a busca da excelência acadêmica pelo mérito do corpo docente (com respeito à liberdade de cátedra e à valorização do trabalho dos professores).

O convite é simples: vamos construir uma proposta de unidade dos professores em cima do que é essencial e urgente. Não é o momento de alimentar a discórdia e a separação. Precisamos de uma proposta que assegure condições decentes de trabalho e a DIGNIDADE da profissão.

PELA UNIDADE DOS PROFESSORES!

Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.

ACORDO INTERNO

Sorocaba promete lutar para garantir suas conquistas

Numa assembléia poucas vezes vista no câmpus de Sorocaba, os funcionários administrativos reuniram-se no dia 26/4 para discutir a denúncia do Acordo Interno, praticada pela Reitoria.

Ficou claro para os funcionários que devem ser respeitados os limites de uma instituição como a PUC, que passa por uma séria crise financeira. Porém, entendem os trabalhadores que qualquer mudança que sobrevier desta situação deva ser negociada, e nunca imposta.

Para os funcionários de Sorocaba, não se trata de abrir mão de todo e qualquer direito em nome de uma situação de crise, mas sim de negociar cada cláusula, visando contemplar as necessidades das duas partes.

Durante a assembléia, foram levantadas algumas possibilidades que envolvem as cláusulas de quinquênio e bolsas para funcionários, buscando propostas que atendam simultaneamente às demandas dos trabalhadores e das contas da instituição. Ficou clara a necessidade de serem estipulados critérios acadêmicos para a concessão de bolsas, mas também ficou evidente a necessidade de que estes critérios tornem-se comuns a todos os bolsistas.

Uma nova assembléia da categoria está prevista para quinta-feira, 4/5, às 14h, no anfiteatro Cassio Rosa, quando deverão ser discutidos os resultados da primeira negociação da AFA-PUC com a Reitoria.

Sinpro convoca Fundação para explicar salários menores

O Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Sinpro-SP) convocou a Fundação São Paulo para uma reunião, junto com a APROPUC, na segunda-feira, 24/4, para solicitar explicações a respeito das contratações de professores com salários inferiores àqueles praticados hoje na PUC-SP.

Tal atitude fere a cláusula 6 da Convenção Coletiva de Trabalho das instituições particulares de ensino superior, que veda a contratação de docentes recebendo salários inferiores aos professores da instituição.

A advogada da Fundação São Paulo justificou a atitude pelas

dificuldades financeiras pelas quais passa a instituição, alegando também que tal medida somente afetaria aqueles professores que estivessem no chamado período probatório.

A professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, alegou, no entanto, que o Conselho Universitário somente autorizou a contratação emergencial de professores por um prazo determinado, não se referindo a valores contratuais.

Considerando tais alegações o representante do Sinpro-SP deu à PUC um prazo até 30/6, para que a instituição dê uma solução ao problema.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Consun encaminha normas sobre avaliação docente

Na reunião ordinária de quarta-feira, 26/4, o Conselho Universitário (Consun) debateu as últimas questões pendentes para a aprovação das “Normas sobre a avaliação contínua dos professores da PUC-SP”. O texto regulamenta uma das partes da Deliberação 12/05, que dispõe sobre o corpo docente da universidade.

O texto final, com as últimas alterações aprovadas pelos conselheiros, será votado na próxima reunião do Consun. Pelo que foi debatido, os professores da PUC serão submetidos, a cada três anos, a uma avaliação de desempenho, que terá como referenciais básicos o Plano de Trabalho anual e o Curriculum Lattes do professor. A avaliação abrangerá as atividades relativas ao desempenho acadêmico do professor, sua produção didática e científica, a experiência profissional e a participação institucional. Os docentes serão avaliados por comissões especialmente formadas pelos Conselhos Departamentais de cada unidade.

Pautas adiadas

A sessão do Consun, que originalmente tinha outras pautas, limitou-se a uma extensa discussão sobre as normas de avaliação, obrigando ao adiamento de outros pontos de pauta como o Plano de Recuperação para 2006. A sessão também revelou-se improdutiva

pelo tempo gasto com questões menos importantes, como a aprovação de atas atrasadas, que tomou cerca de 50 minutos, sem que se chegasse a uma solução definitiva do problema.

No item de informes, a reitora Maura Vêras relatou aos conselheiros o andamento dos processos de reintegração dos docentes (barrados pela Fundação São Paulo), as negociações com os estudantes a respeito de bol-

sas e a divulgação de números referentes ao balanço da PUC. Sobre esta questão, decidiu-se formar-se uma comissão de conselheiros que pudesse ter uma leitura preliminar dos números auditados do balanço, para que a informação possa vir mais detalhada para o Conselho.

A próxima sessão do Consun acontece no dia 10/5, quando serão aprovadas as vagas para o vestibular de julho.

Estudantes reivindicam readmissão de professora

Estudantes do 3.º ano de Serviço Social levaram ao Conselho Universitário, ainda na sessão de 26/4, documento reivindicando a reintegração da professora Marília da Silva Pardini. Ela coordenava o programa de estágio curricular do curso e orientava Trabalhos de Conclusão de Curso, entre diversas outras atividades que exercia na PUC. O Consun nem ao menos esboçou um debate sobre o assunto. Abaixo, reproduzimos alguns trechos do documento:

“É inconcebível que a crise financeira torne-se acadêmica. A solução dos problemas financeiros por quais a PUC-SP vem passando não pode de forma alguma comprometer o projeto pedagógico e a qualidade de ensino das faculdades. [...] A demissão da professora Marília da Silva Pardini comprometeu toda uma estrutura e um projeto pedagógico em andamento. [...] Ressaltamos a si-

tução em que se encontra o 4.º ano, que não está tendo a disciplina de Orientação de Seminário – TCC, ministrada pela professora Marília. No entanto, esses alunos terão de entregar no final deste ano o Trabalho de Conclusão de Curso. Onde está a qualidade de ensino desta universidade? O que farão eles? Terão tempo e professor capaz para a formulação de um excelente TCC?

[...] Conclamamos os dirigentes da universidade a rever suas posições, refletindo acerca dos prejuízos acadêmicos que estas medidas estão causando, lembrando sempre que esta universidade tem uma história de luta, justiça e defesa da excelência de ensino, e nunca esquecendo os princípios éticos que sempre pautaram sua atuação na sociedade. Reclamamos: considerem a decisão do TRT e façam a imediata reintegração da professora Marília da Silva Pardini”.

Quem quer salvar a PUC-SP?

Comitê Pela Reintegração dos Professores da PUC

Os professores demitidos da PUC-SP e a APROPUC vêm a público esclarecer que sua preocupação não se limita a envidar esforços para restaurar a legalidade, aí incluída a reintegração dos demitidos no início deste ano. A crise por que passa a PUC-SP vai muito além do corte de gastos para saneamento de suas contas. Trata-se de uma crise institucional, porque abala a estrutura da Universidade como entidade democrática. Conseqüentemente, fere sua autonomia acadêmica e administrativa, comprometendo a qualidade de ensino, bem como seus fins sociais. A intervenção é, sob todos os aspectos, inaceitável. Ademais, não assegura a produção dos resultados prometidos, uma vez que permanecem incógnitos os interesses e as pretensões dos interventores. Tal situação põe em risco o futuro da PUC-SP como centro de excelência de ensino, pesquisa e extensão, o qual vem contribuindo, há anos, para a formação de profissionais competentes e, simultaneamente, de cidadãos conscientes de seu papel na construção de uma sociedade menos injusta, edificada sobre valores fundamentais da ética e da democracia, como único caminho na direção de um país melhor para todos. Por esta razão, queremos dar nossa colaboração a fim de salvar aquela PUC conhecida, no Brasil e internacionalmente, como instituição de ensino de alta qualidade. A fim de esclarecer a Comunidade Universitária sobre nossa atuação é alertá-la para a gravidade da atual situação, impõem-se fazer as seguintes ponderações:

I – DA DÍVIDA

A dívida da PUC-SP tem origem remota e veio crescendo ano a ano. Nos termos do artigo 20 do Estatuto da Fundação São Paulo, o seu Conselho Deliberativo deve decidir, anualmente, sobre “orçamento e balanço anuais da Fundação e das entidades por ela mantida” (grifo nosso). Pelo que dispõe o artigo 11, inciso V, do mesmo Estatuto, cabe ao Conselho Superior da Fundação “supervisionar os planos e atividades econômico-financeiras da Universidade” (grifamos), com o auxílio do Conselho Deliberativo, de modo que não pode a Fundação São Paulo alegar que foi surpreendida pelo tamanho do déficit para justificar supostas medidas emergenciais. Por outro lado, nunca propôs nenhuma medida saneadora preventiva e gradual a fim de evitar a atual crise financeira.

II – DA INTERVENÇÃO E DA AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

Também é preciso esclarecer que está, sim, havendo intervenção indevida da Fundação São Paulo na PUC-SP. Os palpites e opiniões em sentido contrário, isto é, de que não há propriamente intervenção porque PUC e Fundação seriam a mesma coisa, não encontram sustentação jurídica. PUC e Fundação não são a mesma coisa, dado que possuem Estatutos distintos com força de lei, uma vez que registrados no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo. De acordo com inciso I do artigo 11

supracitado, também compete ao Conselho Superior “velar pela fidelidade da Fundação e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo aos fins para que foram instituídas” (grifo nosso). Ainda, nos termos do artigo 2º do Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade goza de “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira exercida na forma da lei e deste estatuto” (grifo nosso). Finalmente, os artigos 24 e 25 do Estatuto da PUC fixam a competência da Grã-Chancelaria (exercida pelo Presidente da Fundação São Paulo) correspondente à jurisdição e direção superiores da Universidade “em matéria de fé e moral cristãs” (grifo nosso). Como visto, cabe ao Conselho Superior da Fundação a fiscalização da PUC quanto às atividades econômico-financeiras e ao cumprimento de suas finalidades, e à Grã-Chancelaria o controle em matéria de fé e moral cristãs. Portanto, resta claro que PUC e Fundação são entidades distintas, com atribuições igualmente distintas. A primeira exerce função gestora e a segunda, fiscalizadora das atividades da primeira. Não há previsão estatutária de intervenção e, por esta razão, todo e qualquer problema, seja de que natureza for, deve ser resolvido entre mantenedora e entidade-mantida, nos termos dos Estatutos, isto é, respeitando-se as atribuições e autonomia de cada uma destas duas instituições.

III – DAS ILEGALIDADES

A Fundação São Paulo, como todos sabem, é a mantenedora da PUC-SP. Mantenedor é aquele que mantém, que protege, o que não corresponde à atual conduta da Fundação São Paulo. Não é o que a Fundação São Paulo está fazendo. A título de salvar financeiramente a PUC, está, na verdade, a agredi-la, impondo-lhe arbitrariamente demissões de modo obscuro e ilegal. Primeiro, porque são elas desprovidas de critérios acadêmicos claros e objetivos, únicos passíveis de aceitação. Segundo lugar, porque ensejam inequivocamente a violação de direitos trabalhistas e normas estatutárias. Tanto é assim que amargou retumbante derrota na Justiça do Trabalho. Como é de conhecimento público, o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, São Paulo, por unanimidade deu ganho de causa aos professores demitidos, representados pela APROPUC (Associação dos Professores da PUC) e pelo SINPRO (Sindicato dos Professores de São Paulo). Na tentativa de reverter a derrota sofrida em São Paulo, a Fundação impetrou mandado de segurança para suspender a reintegração imediata dos professores demitidos. O Tribunal Superior do Trabalho, na pessoa de seu Presidente, acolheu, apenas em parte, o pedido, uma vez que determinou a suspensão da reintegração de forma coletiva. Todavia, manteve o entendimento de que as demissões foram ilegais, cabendo a cada professor, individualmente, mover ação para o cumprimento da decisão do TRT/SP, a fim de obter sua reintegração à PUC. Como se vê, é pacífico o entendimento do Poder Judiciário de que a Fundação São Paulo violou normas jurídicas ao fazer as demissões da forma como o fez. Cumpre esclarecer que a proclamada vitória da Fundação São Paulo, no mandado de segurança, limita-se ao

Continua na página ao lado

adiamento do cumprimento da decisão do TRT/SP, uma vez que a **decisão, que reconhece a flagrante violação dos direitos trabalhistas e o direito dos professores à reintegração permanece inalterada.**

IV – DOS EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS

Tendo em vista o consenso de que as demissões foram ilegais, qualquer novo recurso por parte da Fundação terá caráter notoriamente protelatório, o que só adia a solução do problema. A consolidada jurisprudência em casos semelhantes já o tem demonstrado. Com isso, a demora em acatar as decisões judiciais resulta em dispêndio decorrente das indenizações trabalhistas, somado ao pagamento dos salários retroativamente à data das demissões. Isto quer dizer que a respectiva despesa *poderá gerar um déficit maior do que o atual*, agravando ainda mais a saúde financeira da PUC. Cálculos elementares demonstram a facilidade com que poderá se chegar a este desfecho. Destarte, a Comunidade Universitária deve exigir dos interventores uma explicitação acerca de suas pretensões. Que espécie de salvação se busca? Um programa de recuperação que viola leis trabalhistas, que fere os Estatutos da Universidade e da própria Fundação, que ignora os ditames da Igreja Católica e que, além de tudo, agrava a situação financeira a médio e longo prazo?

V – DA ORDEM E DA LEGALIDADE

O respeito à lei e aos estatutos societários **não é inconciliável** com os valores da Igreja Católica. Também não é incompatível com a solução dos problemas financeiros da PUC-SP. O desrespeito à autonomia da Universidade aos seus Estatutos e à lei, este sim o é. A intervenção constitui-se em erro temerário e mau exemplo para a sociedade brasileira, que pode e deve ser corrigido. Ninguém, em sã consciência, é capaz de afirmar que medidas saneadoras não devam ser tomadas. Ninguém diria que a redução da folha de pagamento não deve ser feita. Todavia, é fundamental que todo o processo de saneamento financeiro se dê dentro da norma e na base de decisões compartilhadas com a Comunidade Universitária. Questões de ordem financeira não podem se sobrepor à ordem jurídica. **Não é impossível** elaborar um plano de recuperação da PUC-SP, respeitando-se, adequadamente, a legalidade expressa em qualquer nível.

VI – DAS MEDIDAS SANEADORAS

Como se sabe, a Fundação São Paulo avocou para si a responsabilidade de “salvar” a PUC. Não tem demonstrado, entretanto, capacidade de cumprir sozinho tão complexa missão. Os professores, arbitrariamente e injustamente demitidos, também querem salvar a PUC. Porém, desejam fazê-lo dentro das normas legais, de acordo com o bom senso e a reta razão, com dignidade e justiça. Assim, solicitam à Fundação que torne público o seu plano de recuperação da instituição que tanto prezamos: 1) divulgando, claramente, os critérios norteadores das demissões, a lista dos demitidos e a lista dos readmitidos em fevereiro e março; 2) demonstrando o impacto das demissões nas contas da Universidade; 3) expondo as razões que levaram a tais medidas; 4) enumerando seus próximos passos. Haverá novas demissões? Haverá novos cortes de gastos e investimentos? Haverá novos cortes de

bolsas para estudantes carentes? Haverá mudança nos Estatutos? As demissões até agora feitas resolvem o problema do déficit? Por quanto tempo persistirá a intervenção? Se por um lado a Comunidade Universitária, dentro de seu espírito democrático, tem o direito de obter todas estas informações, a Fundação, certamente, não tem motivos para ocultá-las. Os professores demitidos e a APROPUC conclamam o Emmo. e Revmo. Cardeal Arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, autoridade máxima da Fundação São Paulo, que determine aos interventores, **Padre José Rodolfo Perazzolo e Padre João Júlio Farias**, que venham a público para prestar os esclarecimentos ora solicitados.

Com estas considerações os professores demitidos e a APROPUC vêm a público esclarecer que também querem salvar a PUC-SP, desde que:

- ✓ O processo de salvamento se dê dentro da legalidade e do respeito aos Estatutos da Universidade e da própria Fundação São Paulo, e que seja conduzido de maneira participativa e compartilhada com a Comunidade Universitária, respeitando-se a tradição democrática da PUC-SP;

- ✓ Que a Fundação São Paulo divulgue informações sobre o que foi feito até o momento e preste os esclarecimentos necessários para que a Comunidade Universitária possa opinar e assumir a sua parcela de responsabilidade no processo de recuperação da PUC.

Também aproveitam o ensejo para conclamar o Emmo. e Revmo. Cardeal Arcebispo de São Paulo dom Cláudio Hummes a, tendo em conta os princípios da legalidade, da transparência administrativa, da isonomia, da dignidade da pessoa humana, da moral cristã (art. 24 do Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e da caridade (art. 4º, inciso V, do mesmo Estatuto), acatar, de imediato, as decisões judiciais, tomando a iniciativa de consultar, dentre os professores demitidos, inclusive dentre aqueles que já procederam à homologação da rescisão de seus contratos, quais de fato pretendem retornar à Universidade, determinando, em seguida, aos advogados da Fundação São Paulo a renúncia ao recurso ordinário interposto junto ao TST, assim como a renúncia a quaisquer outros recursos com objetivos procrastinatórios.

Finalmente, vêm alertar a sociedade brasileira sobre os riscos da manutenção do processo arbitrário e antidemocrático instaurado na Universidade pela intervenção, sobre as graves conseqüências que dele podem decorrer para a preservação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, e, por fim, mas não menos importante, para a democracia na PUC-SP, desde há muito, verdadeiro exemplo para toda a sociedade.

Desta feita, conclama também professores não-demitidos e ex-professores, alunos e ex-alunos, funcionários e ex-funcionários, setores organizados da sociedade, tais como CNPq, OAB, AASP, APAMAGIS, Sindicatos, organizações governamentais e não-governamentais, parlamentares, os meios de comunicação de massa e a sociedade em geral, a acompanharem e apoiarem o processo democrático de salvamento da PUC-SP, tendo em vista sua grande importância para a sociedade brasileira como um centro de excelência acadêmica, de formação de profissionais da mais alta competência e, sobretudo, de formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade na participação da construção de uma sociedade mais solidária, menos injusta e, por isso, de **UM PAÍS MELHOR PARA TODOS.**

VAMOS TODOS JUNTOS SALVAR A PUC-SP!

Este texto foi escrito pelo Comitê Pela Reintegração dos Professores da PUC-SP, contando com o apoio da APROPUC.

Negociação sobre bolsas começa nesta semana

Com a desocupação do Setor do Alunado, na noite de 13/4, o Movimento por Bolsas prepara-se agora para o processo de negociação proposto pela Reitoria. O primeiro encontro com os gestores será no dia 3/5.

O acordo de negociação foi garantido pelo chefe de gabinete da Reitoria, Guilherme Simões, que, às vésperas do último feriado católico, enviou aos ocupantes um documento que garante o comprometimento da Reitoria em negociar alguns pontos de reivindicação do movimento, mediante a desocupação do Setal.

Dentre as reivindicações estão a abertura de edital para bolsas integrais, exclusivas da PUC-SP e a retirada da ameaça de punição aos seis estudantes selecionados pela Reitoria. Quanto a esta, Guilherme já garantiu que, de imediato, a notificação extrajudicial enviada a cada um dos seis estudantes será retirada. O que será feito agora é a abertura de um processo de apuração frente ao ocorrido – a ocupação do setor – e, ao término do trabalho, uma providência poderá ser tomada.

Reitoria vai negociar caso a caso

Existem boas possibilidades de que a Reitoria atenda às reivindicações dos estudantes, mas estas negociações deverão acontecer caso a caso, e não em bloco. Esta é a opinião da assessora da Vice-Reitoria Comunitária, professora Célia Forghieri, em entrevista ao *PUCviva*. “Iremos utilizar também critérios acadêmicos para rever os casos de inadimplência”, assegura a assessora.

Hoje são distribuídas cerca de 7095 bolsas para estudantes da PUC; destas, cerca de 2794 atendem à chamada filantropia, distribuindo-se entre bolsas doação (1796), bolsas Escola da Família (395) e do ProUni (603).

Para atender à filantropia, a PUC tem que renunciar a cerca de 20% de sua renda. Esse total não é composto unicamente pelas bolsas, mas envolve os chamados serviços que a universidade presta, como o Hospital Santa Lucinda e a Deric. Mesmo assim, Célia estima que a cota de renúncia da PUC já esteja superando os números previstos pela legislação.

Com a entrada do ProUni na universidade a partir de 2005, as bolsas-doação integrais da PUC diminuiriam sensivelmente. Esse foi um risco que a universidade correu ao aderir ao programa, e os conselheiros do Consun tinham conhecimento deste fato. Porém, segundo Célia, “ninguém pode ser filantrópico hoje fora do ProUni”. Para os estudantes, as bolsas parciais não atendem às parcelas de mais baixa renda, que não podem arcar nem com metade da mensalidade da PUC. Para a assessora, no entanto, a bolsa-doação parcial abre um leque maior, permitindo que mais estudantes possam ser atendidos por alguma modalidade de desconto.

Os estudantes contestam os números da Reitoria, dizendo que houve uma diminuição de bolsas nos últimos anos. Porém, pelo quadro apresentado pela professora Célia, somente neste ano, houve um crescimento nesse total, passando-se de 11% para 13% os valores da receita destinados ao atendimento desta demanda.

Ensaaios evocam o mestre da libertinagem

Por muitas vezes a genial ficção do Marquês de Sade foi objeto das mais variadas especulações que resultaram em equívocos. Findados os séculos de censura e clandestinidade, hoje, certos desvios acerca de sua obra acabam por reduzi-lo à simplista idéia de sadismo, frequentemente abordada pelas ciências e pelo mercado.

No intuito de retomar e compreender a base do pensamento, da imaginação e da vida de Sade, foi

lançado o livro *Lições de Sade – ensaios sobre a imaginação libertina*, da professora titular de Estética e Literatura do Departamento de Jornalismo, Eliane Robert Moraes.

Em seus ensaios, Eliane procura contemplar a visão de um Sade erótico, marcado pelo excesso e criador de tipos absolutos, personagens despidos da psicologia. Também doutora em Filosofia pela USP, a autora buscou aliar à literatura os conhecimentos da área da filosofia e da história a

fim de corresponder à visão pretendida em sua obra. A idéia é dar também uma atenção especial às minúcias da construção do erotismo no trabalho do escritor.

O tema da libertinagem e Sade já faz parte da bagagem de publicações da autora. *Lições de Sade* é o quinto livro de Eliane, depois de *O que é pornografia*, *Marquês de Sade - Um libertino no salão dos filósofos*, *Sade - A felicidade libertina* e *O Corpo impossível*.

Campanha oferece vacinação contra gripe

Começa nesta terça-feira, 2/5, a tradicional campanha de vacinação contra a gripe na PUC-SP, promovida pela Reitoria em conjunto com a APRO-PUC e a AFAPUC. Horários e locais podem ser vistos no quadro ao lado.

Para professores e funcionários associados, a vacina é gratuita. Não associados pagam R\$ 7,50. Para alunos, comunidade externa e dependentes dos trabalhadores da casa, a aplicação custa R\$ 25.

O produto é contra-indicado para aqueles que apresentaram reações adversas em aplicações anteriores, além de pessoas com febre

aguda, alergia à ingestão de ovos ou ao Merthiolate. Mulheres grávidas só podem receber a vacina após o terceiro mês de gestação.

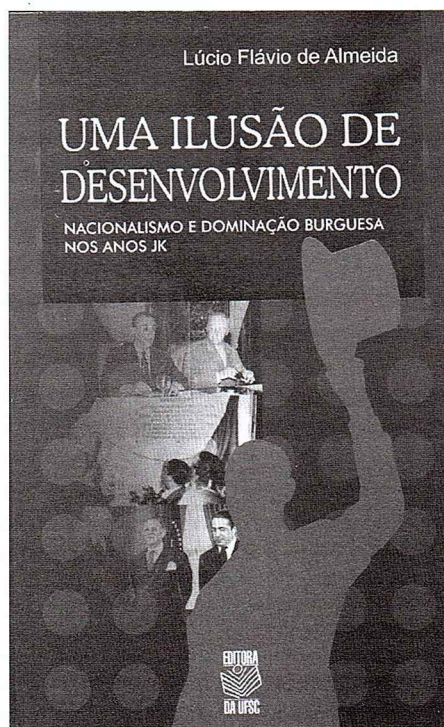
| CÂMPUS | DATAS | HORÁRIOS | LOCAL |
|--------------|------------|----------------------|-----------------------------|
| Monte Alegre | 2, 3 e 5/5 | 8 às 22h | subsolo do Prédio Novo |
| Derdic | 4/5 | 8 às 17h | salão do 1.º andar |
| Marquês | 8/5 | 8 às 13h e 17 às 22h | sala de reuniões da direção |
| Santana | 9/5 | 8 às 13h e 17 às 22h | Colégio Luíza de Marillac |
| Sorocaba | 10 e 11/5 | 8 às 22h | Hospital Santa Lucinda |

LANÇAMENTO

Livro denuncia “anos dourados” de JK

Uma ilusão de desenvolvimento. O título do novo livro do professor Lúcio Flávio de Almeida logo revela o que as páginas internas denunciam: o governo de Juscelino Kubitschek, visto por muitos com nostalgia, só fez aprofundar o capitalismo dependente em nosso país.

A obra de Lúcio Flávio é resultado de uma minuciosa pesquisa, e demonstra como o discurso nacionalista dos anos 1950 serviu de ferramenta para reconfigurar a dominação burguesa no Brasil. O trajeto de Juscelino até a recém-construída capital Brasília, a bordo de um automóvel nacional – fabricado no ABC das montadoras estrangeiras –, serve



como emblema desse processo.

“A construção da ordem burguesa se fez com um discurso e

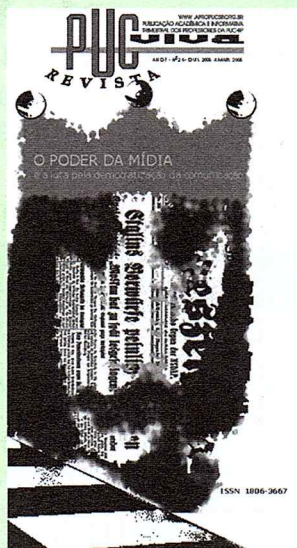
um invólucro ideológico oferecido pelo nacionalismo, uma forma de ocultar as contradições de classe que emergiam e se fortaleciam”, comenta o autor da apresentação, Marcos del Roio. Isso não significa, contudo, que a formação desse discurso se deu sem conflitos: as disputas político-ideológicas dentro da classe dominante foram decisivas, e por isso são o centro da análise contida no livro.

O lançamento de *Uma ilusão de desenvolvimento – nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, da Editora da UFSC, acontece nesta sexta-feira, 5/5, às 19h, no Espaço Papparazzi (Rua Bartira, 427, ao lado da PUC-SP).

Rola na rampa

Revista PUCviva disseca o poder da mídia

Começa a ser distribuída nesta semana aos professores a 25.^a edição da *Revista PUCviva*. Neste novo número, dez artigos de professores e pensadores da PUC-SP e de outras universidades estudam a fundo a estrutura da mídia, suas estreitas relações com o poder e as formas de luta pela democratização da comunicação. A análise começa com um artigo do professor José Arbex Júnior, que aponta os resquícios deixados pelos fundamentos midiáticos estabelecidos por Joseph Goebbels, coordenador da propaganda do regime nazista. A democratização dos veículos de comunicação é o foco dos artigos de José Luiz Aidar Prado, Orlando Fantazzini e Vito Giannotti. Lalo Leal fala so-



bre a necessidade do controle público sobre a televisão, enquanto Luiz Egypto assina *A observação como forma de intervenção*. O caminho nebuloso das concessões de rádio e TV no Congresso é comentado em dois artigos de Venício A. de Lima. Por fim, *O todo não é verdade*, de Ricardo Kauffman, e *o Manifesto-poesia contra a tirania da mídia* fecham a publicação.

Inscrições prorrogadas nas eleições da Cipa

Os interessados em integrar a nova composição da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) agora podem inscrever-se como candidatos até esta quarta-feira, 3/5, no Protocolo Central (Monte Alegre), na sala da direção (Marquês) ou no Saad (Derdic). O prazo foi prorrogado em oito dias pela comissão, dado o baixo número de inscrições efetuadas. As demais datas do processo eleitoral foram mantidas, e as votações acontecem em 9 e 10/5. Qualquer professor ou funcionário pode inscrever-se e concorrer. Serão escolhidos sete representantes na Monte Alegre, quatro na Marquês e dois na Derdic, com mandato de um ano, a partir de junho.

Demitidos entram com recurso contra Fundação

Na segunda-feira, 24/4, o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) entrou com um agravo regimental reivindicando a reversão do efeito suspensivo concedido pelo Tribunal Superior do Trabalho à Fundação São Paulo. A divulgação do resultado pode demorar de duas semanas a um mês. Caso a resposta seja positiva para os professores demitidos, a PUC terá de cumprir a sentença do Tribunal Regional do Trabalho, que prevê a reintegração dos docentes. Boa parte dos demitidos ainda não efetuou a homologação contratual e aguarda o resultado desse julgamento.

TV PUC em novo endereço

A TV PUC começou a funcionar em suas novas instalações, no corredor da Cardoso de Almeida, salas 33 e 34, local ocupado anteriormente pelos laboratórios de informática da Comfil. Segundo o diretor da TV PUC, professor Julio Wainer, a mudança visa a aproxi-

mar a TV dos alunos da universidade, viabilizando uma sinergia com outros setores da PUC, trazendo uma economia de R\$ 170 mil por ano, entre aluguel de imóvel, segurança e manutenção. A TV PUC pode ser contatada pelos ramais 8472, 8457, 8302 e 8306.

Clube da Caminhada na Serra do Mar

A próxima aventura do Clube da Caminhada da PUC-SP está marcada para 20/5, sábado. O novo passeio seguirá pela Estrada Velha de Santos, cruzando a Serra do Mar em meio a nascentes, cachoeiras e monumentos históricos. As inscrições podem ser feitas até 12/5, na Tesouraria, e custam R\$ 28. A taxa inclui ônibus de ida e volta até o local, com saída às 8h e retorno às 16h30, em frente ao Tuca. Para os próximos meses, o Clube prepara passeios em Pindamonhangaba e Campos do Jordão (junho) e na Chapada Diamantina (julho). Informações no PAC: 3670-8544.

Oficinas oferecem prática de Espanhol

Ainda dá para se inscrever na 1.^o Jornada de Língua Espanhola da PUC-SP, que oferece gratuitamente nove oficinas que tratam do uso do idioma espanhol no cotidiano. Os temas vão da interpretação de textos à compreensão de músicas em língua espanhola, passando por conversações telefônicas e traduções. As oficinas acontecem em 13/5, próximo sábado, das 9 às 17h30. As inscrições podem ser feitas nos dias 2 e 3/5, das 17 às 20h, na sala da Coordenação de Espanhol, que preparou a Jornada de oficinas junto com os professores do curso.